

Teoria e Prática de Projecto em Arquitectura Paisagista. **Introdução**

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento dos trabalhos de investigação no âmbito da arquitectura paisagista e distintas áreas de saber ligadas à disciplina. Constatase, porém, que essa mesma investigação se tem desenvolvido de acordo com o modelo dominante de dissertação de doutoramento, com predomínio na pesquisa e investigação teórica das várias e complexas matérias que constituem e informam a base científica, artística e técnica da arquitectura paisagista.

O modelo de doutoramento previsto no Decreto-Lei n.º 230/2009 de 14 de Setembro, proporciona a compilação de trabalhos (projectos e obras) como tradução da prática profissional, reveladora do campo experimental que as disciplinas projectuais, obrigatoriamente, contemplam. A obra de arquitectura paisagista também existe pela realização e materialização do projecto, no sentido da construção e transformação da paisagem, pela compreensão do espaço objecto de estudo e contexto de intervenção, e pelo trabalho criativo e intuitivo que o acompanha.

A confirmação de que a arquitectura paisagista é uma arte que se expressa pelo desenho, na criação e transformação da paisagem, através do conhecimento e da antecipação dos processos culturais e naturais, é-nos revelada por inúmeros autores ao longo de toda a história da arquitectura paisagista. Há uma expressão de S. Tomás de Aquino, citada por Francisco Caldeira Cabral que refere o ofício de jardineiro – por todos aceite como base da formação da arquitectura paisagista - como “(...) *uma arte “ars cooperativa naturae”, uma arte que coopera com a natureza (...)*” (1993, p.48). Para além desta definição matricial, existe a mais divulgada no contexto do ensino da arquitectura paisagista em Portugal, também de Caldeira Cabral, proferida nas lições do Instituto Superior de Agronomia em 1943, que define a disciplina como *a arte de ordenar o espaço exterior em relação ao Homem*. Esta é, de entre todas as definições produzidas depois dela, a mais sintética e a que encerra, simultaneamente, a maior simplicidade e complexidade.

A legislação mencionada estabelece que o 3º ciclo de estudos pode ser integrado “*No domínio das artes, por uma obra ou conjunto de obras ou realizações com carácter inovador, acompanhada de fundamentação escrita que explicita o processo de concepção e elaboração, a capacidade de investigação, e o seu enquadramento na evolução do conhecimento no domínio em que se insere*”, no entanto, nem todos os projectos seleccionados e aqui apresentados foram executados no período correspondente ao desenvolvimento da presente tese. Porém, todos eles foram detalhadamente reexaminados à luz da presente investigação, o que permitiu adicionar à sua explicitação e apresentação, componentes teóricos fundamentais

¹ Alínea b), número 2 do Artº31º, Decreto-Lei 230/2009 de 14 de Setembro.

para o aprofundamento do corpo teórico e da prática disciplinar. Ou seja, não nos cingimos à integração da “(...) *fundamentação escrita que explicita o processo de concepção e elaboração(...)*”, procedeu-se, também, à pesquisa e discussão de conceitos e matérias mais abrangentes que, embora contribuam para a compreensão do campo disciplinar, não se limitam à discussão no âmbito de um projecto em particular. No decurso do trabalho sentiu-se necessidade de desenvolver uma componente teórica mais abrangente e transversal, auxiliar na compreensão dos critérios projectuais que permitisse o alargamento à discussão conceptual, disciplinar e interdisciplinar.

Se os trabalhos teóricos são essenciais no domínio da investigação histórica e bibliográfica, na criação de uma crítica disciplinar e de um corpo teórico interdependente de uma *praxis*, e na sistematização e organização de metodologias, conceitos e matérias, a confrontação com a obra realizada em disciplinas de base artística é fundamental.

Por comparação com a música, podemos afirmar que o conhecimento profundo da técnica de um autor, das correntes ou estilos artísticos, dos métodos, do contexto histórico, da arte e do conhecimento profundo dos instrumentos, nunca dispensam a concretização e a audição da obra². O exercício da profissão permite a materialização das componentes teóricas, técnicas, científicas e artísticas da arquitectura paisagista, através do desenvolvimento de estudos, planos, projectos e obras. Permite, também, o estabelecimento de metodologias de abordagem direccionadas para cada tipologia de projecto que vão sendo afinadas e melhoradas ao longo do tempo.

Podemos considerar dois objectivos gerais para o trabalho desenvolvido e que, simultaneamente, motivaram a investigação:

1 – Contribuir para a discussão de alguns conceitos inerentes ao corpo teórico da arquitectura paisagista, considerando a progressiva difusão, transversalidade e interdisciplinaridade que se verifica nos nossos dias; contribuir para a crítica disciplinar; reflectir sobre o papel da arquitectura paisagista na actualidade no contexto das profissões de projecto e obra, considerando a abrangência integradora da actividade profissional - como uma arte com ligação às ciências e às humanidades - e na sua integração em equipas multi e interdisciplinares; reflectir sobre a necessidade da profissão manter um carácter eminentemente prático; reflectir sobre o ensino e a aprendizagem das técnicas de execução da obra tida como meta essencial da materialização do projecto e da transformação e criação de paisagem.

² Por analogia com um exemplo dado por Caldeira Cabral (2009, p. 70) em que uma sonata de Beethoven servia de evidencia para a profunda ligação que existe entre a técnica e a arte (o ofício de produção dos instrumentos não é só por si garante da criação, mas para a criação é necessário conhecer muito bem o instrumento e a forma de o tocar).

2 – Contribuir, através da apresentação de casos práticos e da explicitação dos projectos, para o processo de ensino e para a prática profissional no domínio do projecto: percursos de investigação e processo de projecto; discussão sobre as opções tomadas em função de aspectos formais e estéticos, técnico-funcionais, ecológicos, culturais e éticos. Apresentação de exemplos práticos como forma de revelar vários contextos de intervenção disciplinar, no que respeita aos locais de intervenção, promotores/clientes, escalas, condicionantes, programas, análises e caracterização dos lugares, processo criativo - formalização e desenho de projecto - materialização em obra, gestão e manutenção, acção do tempo e discussão retrospectiva das soluções adoptadas e dos resultados obtidos.

As mais recentes obras no domínio da teoria e prática de projecto em arquitectura paisagista já ultrapassaram, há muito, o debate relativo à definição disciplinar, ao seu objecto de estudo ou ao seu suporte conceptual. Na actualidade, a discussão e investigação centram-se no estabelecimento de metodologias de projecto e na emergência de novos conceitos e abrangências nesse domínio disciplinar. Por isso, parece-nos que a compilação de projectos de arquitectura paisagista, a sua organização temática e tipológica, a explicitação do processo - da génese e percursos projectuais até à construção da obra - o enquadramento teórico e prático (técnico, científico, artístico, cultural e ético), poderá representar um contributo para a prática profissional, académica e para o ensino da arquitectura paisagista.

Refira-se que a maior incidência na componente prática do projecto, resulta da constatação do contributo imprescindível da prática para aplicação e apoio da teoria, como sublinha Conceição Freire (2015): *“À semelhança de outras disciplinas do campo das artes e das ciências, a arquitectura paisagista tem sido sustentada por estudos com carácter científico que têm ajudado a construir e a fundamentar o seu corpo teórico e prático. Mas, contrariamente ao que acontece na maior parte dos ofícios, o corpo teórico da arquitectura paisagista tem-se apoiado nos desenvolvimentos emergentes, especialmente ao nível da prática profissional. Esta particularidade (também comum à arquitectura) decorre do facto de a arquitectura paisagista ser uma arte. Como tal são os desenvolvimentos práticos que informam e orientam as tendências e desenvolvimentos teóricos do corpo disciplinar, podendo ser considerados laboratórios experimentais da disciplina - como demonstra a constante recorrência e fundamentação a espaços concebidos pela prática profissional.”*

Se, no domínio da reflexão geral sobre a paisagem (e todos os temas que lhe são indissociáveis), se têm produzido em Portugal diversas obras de referência, levadas a cabo quer por arquitectos paisagistas, quer por profissionais e/ou investigadores de outras áreas disciplinares, o mesmo já não se passa no domínio da teorização e sistematização da teoria e prática do projecto em arquitectura paisagista. A discussão sobre essa prática, os métodos e abordagens, a existência ou não de uma especificidade portuguesa, a concretização pela apresentação de casos concretos que evidenciem esse campo de experimentação, continuam a ser assuntos escassamente reflectidos no meio profissional português.

Mais de 25 anos de experiência de projecto levaram a que se assistisse a alterações metodológicas e conceptuais, em que as mais significativas, no nosso entender, foram a passagem e interiorização do conceito de “paisagem objecto” para “paisagem sujeito” e a assimilação de que as intervenções no domínio do projecto de paisagem devem resultar sempre das variáveis culturais, naturais, estéticas e éticas. Às variáveis culturais está associada a importância do carácter, identidade e história do lugar e das suas singularidades. As variáveis naturais compreendem os valores e recursos presentes, também eles singulares para cada lugar e tidos como elementos reveladores de sistemas e estruturas ecológicas. As variáveis estéticas estão associadas às qualidades da imagem - ou a ausência delas - quer as dinâmicas, quer as imutáveis. E, finalmente, as variáveis éticas subjacentes a cada intervenção que reflectem os princípios éticos, sociais, económicos e legais que enquadram a prática profissional.

A experiência da prática de projecto permite, ainda, grande diversidade temática, tipológica, de contextos, de “lugares” e utilizadores, bem como a adaptação à evolução dos vocabulários e narrativas formais e conceptuais. Também a mudança nas ferramentas de desenho - de representação gráfica e de comunicação das ideias - foram acompanhando as abordagens e desenvolvimento da teoria e da prática dos projectos de arquitectura paisagista. Das canetas de tinta-da-china com impressões heliográficas e maquetas em madeira de balsa ou cartão, ao desenho assistido por computador (e dos vários programas e versões que se sucederam) e às perspectivas 3D e maquetas em “K-Line” (em breve, impressões 3D).

Dada a natureza do trabalho que se apresenta, que se apoiou na selecção de doze projectos realizados ao longo de quase três décadas de exercício da profissão (em actividade pública e privada, desde 1986) e do seu ensino (desde 2001), expondo-se as diferentes metodologias adoptadas para cada caso e tipologia de projecto, sentiu-se a necessidade de um enquadramento teórico mais abrangente. Não se pretende, no entanto, uma revisão bibliográfica e/ou histórica aprofundada e extensa, sobre as várias abordagens e metodologias adoptadas no processo de projecto ou à identificação de paradigmas conceptuais associados às mesmas. Pretende-se, sim, integrar a discussão dos princípios e conceitos inerentes à teoria da arquitectura paisagista e da sua aplicação ao projecto. Referimo-nos aos conceitos, matérias e disciplinas que são a substância do designado corpo teórico disciplinar, que se apresentam como essenciais à sua compreensão e como denominadores comuns às diferentes disciplinas projectuais, confrontando-os com a visão inclusiva, integradora e relacional da arquitectura paisagista.

A prática profissional no contexto do projecto desenvolve-se em actividade privada (liberal ou empresarial) ou pública (administração pública: nível central, regional e/ou local). A estes dois grandes domínios de actividade correspondem, de modo geral, contextos laborais e de relação contratual diversos. O tipo de cliente ou entidade que solicita o projecto poderá ser o

Estado (qualquer organismo ou entidade dependente da administração central), organismos regionais e/ou municipais, e/ou outras entidades sob a tutela ou administração do Estado (organismos e entidades dependentes da administração indirecta do Estado: câmaras municipais, empresas públicas, entre outras) ou clientes particulares (individuais ou empresas privadas).

O exercício da actividade privada poderá ser feita em nome individual (em regime de profissão liberal) ou integrando empresa (como administrador ou colaborador). O exercício da actividade privada faz-se por resposta a solicitações particulares ou oficiais (projecto e obras públicos). Aqui, a forma de conseguir trabalho é através da resposta, como profissional liberal ou empresa, às solicitações de entidades e/ou de organismos públicos, levadas a cabo pelas múltiplas modalidades de contratação pública existente. O que é comum a todos os organismos e entidades públicas que contratam serviços no âmbito do projecto, é o enquadramento legal existente na selecção dos projectistas e/ou prestadores de serviços. Existe, para todos eles, um mesmo código de procedimentos de contratualização: o Código dos Contratos Públicos (CCP) descrito, sumariamente, no Anexo 1.

Enquanto o trabalho a desenvolver para entidades particulares pode resultar de “simples” propostas de honorários e prazos, mais ou menos detalhadas e aceites por ambas as partes, as regras para o desenvolvimento do trabalho para entidades públicas, como se descreveu, reveste-se de procedimentos mais complexos. Porém, ambas as formas de desenvolver a prática de projecto em actividade privada, são válidas e devem ser experimentadas. O exercício da actividade em regime de profissão liberal é descrito, com mais detalhe, no Anexo 2.

O trabalho de projecto pode, também, ser desenvolvido em contexto de emprego público, na administração directa ou indirecta do Estado. Falamos de serviços e organismos ligados à Administração central do estado (centrais ou regionais) ou à administração local (associações de municípios, câmaras municipais, juntas de freguesia). Com o processo de reestruturação do estado, foram extintos diversos organismos da administração central onde a prática de projecto era frequente. De entre todos, destaca-se um cuja actividade incidia, maioritariamente, na elaboração de projectos dos mais variados âmbitos disciplinares: os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT)³. No Anexo 3 enumeram-se as competências dos GAT's e sublinha-se a importância da existência da prática projectual na administração pública.

Nas autarquias ainda se mantêm alguns serviços e departamentos que, para além de acompanharem e fiscalizarem obras públicas e privadas, mantêm a prática de projecto como

³ Na região algarvia existiram, numa primeira fase, três gabinetes de apoio técnico, distribuídos por três áreas geográficas distintas: barlavento (Silves), Algarve central (Faro) e sotavento (Tavira). Em plena década de 1990 o GAT de Silves foi integrado no de Faro, que alargou a sua área de intervenção, passando dos cinco concelhos iniciais para doze (excepção dos quatro de sotavento, pertencentes ao agrupamento de Tavira).

parte integrante das suas atribuições e competências. Aqui, podem surgir algumas imposições programáticas e alguns limites à criatividade do projectista, resultantes de restrições financeiras ou da proximidade com os políticos decisores (e destes com os eleitores) que, não havendo um verdadeiro processo participativo, pode perverter e/ou direccionar de forma negativa o processo de projecto.

Os projectos seleccionados foram desenvolvidos em actividade privada (em profissão liberal e empresa) e na administração pública (Gabinete de Apoio Técnico de Faro). Ambos os grupos integram diversas tipologias de projecto que, para além das óbvias diferenças de contexto, apresentam percursos e processos de execução e criação muito distintos. Os projectos seleccionados foram considerados representativos de projectos de paisagem ao nível da relevância, da singularidade, da escala, da especificidade do contexto, da abordagem metodológica e do papel desempenhado pela disciplina no contexto da equipa projectista (quer em coordenação, quer em colaboração). Para além das questões directamente relacionadas com o desenvolvimento do processo de projecto serão, ainda, descritos os contextos administrativos e funcionais presentes.

O trabalho é estruturado em quatro grandes capítulos que, simultânea e simbolicamente, representam os clássicos quatro elementos da natureza: Água, Terra, Fogo e Ar. Estes conceitos estão intrinsecamente associados à filosofia clássica, enquanto elementos matriciais de criação da matéria, mas a transversalidade dos seus significados estende-se ao Homem, à cultura e à paisagem. A materialidade da paisagem incorpora-os como elementos geradores de transformação e criação. Contudo, a adopção no presente trabalho dessa estrutura deve-se, antes de mais, a questões pragmáticas de organização dos conteúdos.

No primeiro capítulo - *Do Projecto e da Paisagem* - apresentam-se três projectos localizados no litoral algarvio, onde os processos naturais e culturais são particularmente complexos. Incidem em lugares especialmente dinâmicos - ecossistemas ribeirinhos e costeiros – o que põs em evidência a importância dos contributos disciplinares e da coordenação da equipa de projecto, bem como o conhecimento técnico e científico necessário para o correcto desenvolvimento dos projectos. Previamente à sua apresentação, far-se-á uma reflexão de enquadramento ao tema: os conceitos de arquitectura, de paisagem e de projecto. Analisam-se e confrontam-se alguns aspectos transversais à teoria disciplinar, evidenciando a dialéctica entre arquitectura e paisagem e as suas implicações na abordagem ao projecto. Reflecte-se sobre conceitos decisivos para a conformação dos projectos de paisagem, nomeadamente, sobre os conceitos de espaço, forma e função, tempo e matéria como elementos fundamentais para o desenvolvimento do processo de projecto.

Este capítulo é representado, simbolicamente, através do elemento Água. A água no seu estado físico, de onde surgiu a vida e que é o seu suporte. A água doce e salgada, que sacia a

sede e é energia das marés, que parada espelha e em turbilhão destrói, que purifica e mata. A paisagem de contacto com esse meio líquido - as orlas e as margens - as trocas de matéria e energia, o movimento perpétuo das marés e a intermitência dos caudais. A água, aqui, está presente nos sistemas lagunar, dunar e ribeirinho. A esses sistemas, por sua vez, correspondem múltiplos processos: de circulação e infiltração da água, do ar e do vento, da avifauna, entre outros.

No segundo capítulo - *Do Plano ao Projecto* – apresentam-se três projectos de parques urbanos integrados em figuras de planeamento de nível superior. As características intrínsecas dos três trabalhos, permitiram a discussão sobre conceitos como inter e transdisciplinaridade, como garantia de integração dos vários saberes, sobre transversalidade e escala, na produção de soluções projectuais, reflectindo sobre o olhar dinâmico - de abrangência e de detalhe - que o plano e o projecto de paisagem proporcionam. Abordam-se, ainda, os aspectos relacionados com o processo de projecto: métodos, cronologia e organização do processo.

Este capítulo está representado, simbolicamente, através das várias dimensões do elemento Terra. A terra sólida, a terra *topográfica* no sentido matricial que confere a *primeira forma* à paisagem, a terra como solo - substrato de vida e de transformação - de ancoragem das plantas, de produção de alimentos e de abrigo. Também a *Terra* como sinónimo de solidez, pragmatismo e significado que enquadra o desenvolvimento dos trabalhos. A estes projectos correspondem, também, distintos sistemas e processos de que se destacam os associados às actividades humanas, nomeadamente, as dinâmicas da circulação e do movimento.

No terceiro capítulo - *Do Projecto à Obra* - apresentam-se quatro projectos concretizados em obra. Trata-se de espaços com carácter público ou semi-público associados a edifícios e equipamentos com o mesmo carácter de utilização pública ou semi-pública. A este capítulo estão associados três conceitos fundamentais do projecto de arquitectura paisagista: a materialização, a transformação e a construção. Estes conceitos têm na sua génese o projecto como elemento gerador dessa transformação e construção. Serão abordados os aspectos relacionados com o conhecimento das técnicas e dos processos necessários à transformação e construção de paisagens, à forma como as peças de projecto descodificam as ideias e os programas e os transformam em realidades que se vivem, habitam e experimentam. Referem-se, ainda, os processos que ocorrem durante e após a obra (de apropriação, aceitação, vivência, identificação), a importância do acompanhamento e da fiscalização da execução da obra, dos trabalhos de manutenção, conservação e gestão. Os projectos apresentados neste capítulo participam na organização e reforço de sistemas e estruturas, permitindo a implementação, pela concretização da obra, de distintos processos naturais e culturais.

Este capítulo é representado, simbolicamente, com o elemento *Fogo*. Ao fogo está associada a ideia de energia e de força, simultaneamente, criativa e destrutiva. A transformação da matéria é uma constante universal (*na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*) e a energia é fonte dessa transformação. Os processos associados à transformação resultam da criação pela destruição do que é precedente e pela construção do que é novo. Na paisagem, em particular dos climas mediterrânicos onde predominam plantas pirófitas, o fogo é o elemento regenerador que está na base das *piropaisagens* de Gilles Clément (2001). A energia criativa conduz ao aparecimento das ideias, à inspiração artística, que guia o processo do projecto que antecede a execução da obra. A obra transforma a paisagem através da mudança das condições pré-existentes. Essa mudança representa uma circunstância temporal do processo e poderá representar evolução ou reprocesso, prosperidade ou aniquilamento.

No quarto e último capítulo - *Do Plano ao Projecto. Do Projecto à obra: os percursos criativos* - apresentam-se os dois últimos projectos que têm em comum a forte componente emocional e de significados que orientou a estratégia conceptual e a formalização das propostas. São projectos de reconversão do uso e dos significados do lugar. Ao primeiro, associa-se a transformação, no tempo, de um lugar do domínio do sagrado (convento) para o secular (museu). No segundo, a reconversão é orientada pela implementação de um programa que transforma o espaço alterando, drasticamente, os seus significados: de lugar *secular* a lugar do domínio do sagrado (cemitério). Posteriormente à sua apresentação, abordam-se princípios que, apesar de serem transversais a todos os outros trabalhos apresentados, assumem aqui maior relevância como força geradora do processo. Num caso, prevalecem os aspectos ligados à memória do lugar e à sua história, no outro, os significados emocionais e sensoriais ligados à tipologia do projecto em causa.

Imprescindível à concretização do projecto está o processo criativo – para além do suporte biofísico em que é concebido, das etapas do processo de concepção e as ferramentas e meios utilizados para o efeito, do conhecimento dos sistemas e dos materiais (vivos e inertes) e das matérias, dos processos naturais e humanos, das técnicas de construção e manutenção – a procura da forma, a sua materialização através do desenho está na base do que é o projecto. A reflexão sobre o processo criativo como elemento transversal ao projecto, que cruza escalas, tipologias, dimensões e significados, é fundamental na prática de projecto. É o que fundamenta a dimensão artística da profissão e da disciplina, e é o que a separa de outras que reflectem sobre a paisagem, os seus processos, história e significados. Em suma, este capítulo irá enfatizar a esfera das ideias e da sua representação e comunicação, através da reflexão sobre a importância da atitude individual do projectista perante o projecto, do desenho e da representação da paisagem, da identidade e do significado como dimensões sensoriais, imateriais e subjectivas do processo criativo, revelando a componente artística da arquitectura paisagista.

A este capítulo está, por fim, associado o elemento Ar. Este elemento representa tudo o que não se vê mas que se sente, como o vento ou as emoções, ou como os vazios que permitem a infiltração da água no solo e a circulação da água nas plantas, ou o que está na esfera do pensamento e das ideias mas que, simultaneamente, é fonte de criação e de movimento. A dimensão telúrica, as forças e energias que agem sobre os outros elementos mas não se corporizam em matéria visível.

Salientamos, finalmente, o esforço desenvolvido na superação da terminologia mais pragmática e técnica associada à prática projectual e a sua articulação com a linguagem mais conceptual, própria da teoria.

